

Apenas um fiscal cuida do Pantanal, parque nacional 24 vezes maior do que Brasília. O paraíso dos turistas, garimpeiros e caçadores não tem defesas



Na cidade de Poconé, porta de entrada do parque, o garimpo descontrolado causou danos irreversíveis ao meio-ambiente. A proibição da prática não acabou com o despejo de mercúrio nas águas

PANTANAL, IMENSIDÃO ABANDONADA

Dizem que a casa é mal-assombrada. Ao lado, na garagem, um velho Fiat 147 ano 1985 vai recebendo a tinta que respinga da parede que está sendo pintada de branco. Na frente da casa, despontam dois mastros. No da esquerda, está pendurada uma desbotadíssima bandeira do estado do Mato Grosso. O da direita, onde deveria estar o Pavilhão Nacional, está nu. "Tinha uma Bandeira do Brasil, mas ela rasgou e levaram para dar baixa em Cuiabá", explica o funcionário, tão pintado de branco quanto o Fiat. Sobre o gramado que envolve a casa estão, respeitadamente jogadas, dezenas de garrafas de plástico, latas de óleo para motor e latinhas de cerveja.

Uma placa de bronze lembra dias mais gloriosos daquele lugar. Lê-se: "O presidente João Figueiredo, acompanhado de sua comitiva, esteve hoje neste posto do IBDF. 23 de junho de 1983". O posto do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal é agora o posto do Ibama no quilômetro 135 da Transpantaneira — estrada de terra que corta o Pantanal. A estrada termina oito quilômetros adiante, à beira do rio Cuiabá.

O velho Fiat é o único carro disponível para fiscalizar a área — onde começa o Pantanal. O automóvel raramente tem condições mecânicas de deixar a garagem. É preciso dar sorte para que haja gasolina no tanque.

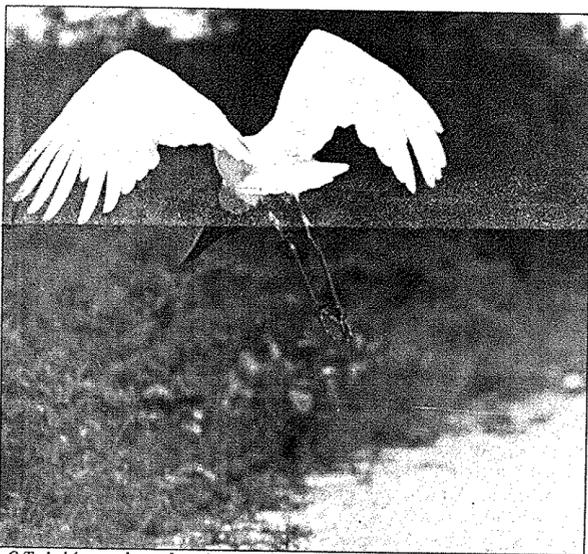
O funcionário, Robson Luis Barbosa, de 21 anos, é um misto de fis-

cal, caseiro, motorista — e pintor. Mora no posto com a mulher. Funcionário da Prefeitura de Poconé cedido ao Ibama, o salário dele está atrasado desde março de 1995. Como vive? "Os fazendeiros dá carne, leite, queijo".

ÁREA

Robson é o retrato da atuação do Ibama no Pantanal. Lá, falta tudo. O Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense, de 138 mil hectares — equivalente a 24 vezes o Distrito Federal — tem apenas um fiscal. O nome do herói é Benjamim Dias da Silva, o seu Benjamim, antigo funcionário da fazenda Caracará, que ficava exatamente na área onde hoje está o parque. Sozinho, ele deve estar atento contra invasões, caça e pesca predatórias. Mas, se seu Benjamim resolver dar a volta no parque — localizado no extremo sudoeste do estado, na fronteira com o Paraguai — terá que percorrer 260 quilômetros, que é o perímetro da área.

O chefe do parque, Fernando Santana Resende, mora em Cuiabá, onde acumula outras funções na superintendência do Ibama. Para chegar ao parque, ele precisa percorrer 172 quilômetros de asfalto até a cidade de Poconé, mais 142 quilômetros pela Transpantaneira e depois outras seis horas de lancha pelo rio Cuiabá. Ou melhor, a lancha do Ibama demora esse tempo. As usadas por pescadores, caçadores e contrabandistas, com motores mais potentes, fazem o



O Tuiuiú, um dos sobreviventes da total falta de fiscalização na região

percurso na metade do tempo.

PENÚRIA

Um plano de administração do parque, elaborado pelo próprio Ibama, estipula um quadro mínimo de doze funcionários: oito fiscais, um administrador, um sergente, um cozinheiro e um vigilante. "O que eu posso fazer?", pergunta o superintendente do Ibama no Mato Grosso, Jacob Kuffner. E ele mesmo responde: "Não posso

que a superintendência enfrenta. No Pantanal, os fiscais são — como no caso de Robson — funcionários cedidos pela prefeitura de Poconé. São pessoas que não receberam qualquer treinamento para desempenhar a função.

RAPOSA NO GALINHEIRO

Em novembro, o Correio Brasileiro flagrou os próprios fiscais pescando em plena época da Piracema, quando a pescaria está terminantemente proibida.

Num domingo à tarde, os funcionários Clarindo Pires, José Mauro Bastos e Gonçalo Pereira Leite, todos da prefeitura cedidos ao Ibama, deixaram o posto de fiscalização do instituto e foram pescar a menos de um quilômetro dali.

A piracema é a época em que os peixes, para fazerem a desova, sobem os rios a procura de águas caldas e tranqüilas. A pesca é proibida nessa época porque representa uma grave ameaça à reprodução deles. E são exatamente estes funcionários que deveriam reprimir a pesca.

O superintendente substituto do Ibama no Mato Grosso, Sebastião Crisóstomo Barbosa, informou que os funcionários envolvidos na pescaria ilegal foram afastados dos cargos e que foi aberta uma sindicância para apurar o caso.

Segundo Crisóstomo, os servidores da prefeitura foram substituídos por funcionários do próprio Ibama, com treinamento para fazer o trabalho.

Aventura e riscos na rota do ouro

Com a longa unha do dedo indicador direito pintada de marrom, Ara contava em hebraico os grupos de cinco risquinhos registrados num caderno surrado: eram 86. "And we are in the middle of the way" (e estamos na metade do caminho), comentou, espantada, se esforçando no inglês.

Ela e o marido, Roni Arazi — dois turistas israelenses — viajavam pela Transpantaneira. Cada risco, uma ponte. A Transpantaneira tem 142 quilômetros. Liga a cidade de Poconé, no Mato Grosso, ao distrito de Porto Jofre, na beira do rio Cuiabá.

Pior que os buracos da estrada de terra é ter que enfrentar as pontes. São 140 espalhadas pelos 142 quilômetros. Velhas, de madeira, elas desafiam constantemente as leis da física. Nenhum motorista tem certeza de que chegará ao outro lado antes de estar lá. São ruínas, mas continuam sendo usadas.

"Aqui é preciso ser malabarista, além de motorista", comenta Roni. Depois de rodar 62 mil quilômetros, viajando pelo Brasil e outros países da América do Sul, os dois jamais haviam visto nada parecido.

Poconé, na entrada do Pantanal, tem 45 mil habitantes. A prefeitura,



Urbano: gente procurando ouro até na sala da casa

com 380 funcionários e três linhas de telefone, se vira com um orçamento que varia em torno dos R\$ 200 mil por mês. Vai quase tudo para pagar a folha — R\$ 150 mil. O maior salário, do prefeito, é de R\$ 2 mil. A área do município é de 16.691 quilômetros quadrados — três vezes o Distrito Federal.

A cidade ficou famosa nos anos 80 ao formar o maior garimpo urbano do país. No auge da extração do ouro, em meados da década, quatro de cada cinco postos de trabalho eram ligados ao garimpo. Foram todos proibidos em 1987, pela poluição que causavam com o uso de

mercúrio para separar o metal. No ano passado, saíram as primeiras licenças para que voltassem a trabalhar. Durante esse tempo, a grande maioria continuou operando na clandestinidade.

Segundo o presidente do Sindicato das empresas de extração de Ouro de Poconé, Urbano Malvezzi, a situação hoje é bastante diferente. "Os garimpos trabalham agora com o acompanhamento dos órgãos de preservação ambiental, como o Ibama", conta. Ele é dono de um dos primeiros nove garimpos legalizados no ano passado. Outros 32 ainda estão na fila.

"Durante a época da proibição, houve gente que cavou buracos enormes garimpando na sala ou no quarto da sua própria casa. Tinha gente que pedia licença para construir uma piscina, quando o que queria era mesmo procurar ouro na vala", lembra Malvezzi.

tirar dinheiro das árvores".

Em todo o estado, o instituto conta com 52 fiscais, que precisam dar conta de uma área de 901 mil quilômetros quadrados — equivalente a 20 vezes o estado do Rio de Janeiro. Para cada fiscal corresponderia uma área de 17 mil quilômetros quadrados — 3,5 vezes o Distrito Federal. "O número é insuficiente", admite Kuffner.

Mas a falta de dinheiro e de funcionários não é o único problema

ANÁLISE DA NOTÍCIA

PLACAS DA HIPOCRISIA

Warner Bento Filho
Da equipe do Correio

animais. Os predadores, então, passaram a cruzar a fronteira.

O que foi feito com os fiscais flagrados na pescaria em plena piracema no Pantanal lembra aquela história do marido que vendeu o sofá depois de flagrar a mulher com o amante sobre o móvel. Os funcionários foram afastados e levados de volta para a prefeitura de Poconé, de onde eram cedidos. É uma simples satisfação à opinião pública, onde quem paga o pato, para variar, é quem tem menos poder. Não resolve o problema.

Mandar um funcionário para o Parque Nacional e não dar-lhe condições de trabalho é o mesmo que mandar dez. Ou vinte. Só serve para enfeitar discursos.

Mas o país é tão extenso, as distâncias são tão grandes que, em Brasília, o que acaba valendo mesmo é a placa de bronze de cada inauguração. Mesmo que, depois da solenidade, ela seja tudo o que restou.

AMBIENTE EM ESTADO DE SÍTIO